

Esta arma da solidariedade deve ser usada adequadamente o que significa, entre outras coisas, ser usada conjuntamente com a subsidiaridade responsabilizadora e valorizadora da *autonomia* das pessoas e das organizações que são ajudadas.

AMÉRICO M. S. CARVALHO MENDES *

Os católicos em Portugal e a paz

Embora como Testemunho esta intervenção me responsabilize, não estou a falar em nome de ou em representação de qualquer organização, preparei-me com antigos militantes e dirigentes da Juventude Operária Católica (JOC), e com os testemunhos escritos por quem esteve na guerra como militar, e por quem recusou ir para a guerra.

Porque este assunto continua sem cicatrizar em certos sectores da sociedade e porque ainda é motivo de controvérsia, se não de confronto aberto... faço um apelo a todos os presentes. Cada um de nós em democracia, e muito mais na Igreja de Jesus Cristo, tem o direito de falar alto das suas vivências, experiências, opções de vida, fidelidade às suas raízes e convicções e de as comunicar como contributo de fé e de cidadania.

Vou situar no tempo para os que como eu viveram nesse período da história o possam rever, para o que convoco as suas memórias. Para os mais jovens, para quem estes factos se encontram na sua pré-história, para que percebam melhor o país em que vivem...

O percurso pessoal que vai ser narrado pretende mostrar a realidade a partir de uma família operária igual a tantas outras, do Distrito de Aveiro, para nos permitir enquadrar sociologicamente uma guerra de tão longa duração no quotidiano das pessoas.

1. Portugal e a Sociedade Portuguesa entre 1961/1974

Em 1961 eu tinha 12 anos. Em 11 de Abril nasceu o 8º filho dos meus pais. Nessa altura um tio parte para a guerra em Angola. O meu irmão António tinha nove anos e andava na escola. Era a segunda ocasião que ouvia falar de Angola. A primeira tinha sido na escola, estudando os rios, os caminhos-de-ferro e a sua área geográfica «14 vezes maior que...».

* Faculdade de Economia e Gestão - Universidade Católica Portuguesa - Porto.

Com a guerra ficámos a saber que os naturais de Angola eram **terroristas ou turras**. Depois percebi que era esse o designativo dos naturais de Moçambique e da Guiné. Tal como ao longo do tempo se têm designado muitos dos que discordam de impérios...

Os primeiros tiros que “chegaram” à minha terra foram disparados no cemitério quando do primeiro herói da guerra chegou num caixão. Depois muitos outros, em muitos lugares deste país foram sendo sepultados em silêncio...

A guerra? Continuava muito longe de nós... e não nos chegava o cheiro das queimadas, os gritos dos feridos, a visão de corpos mortos, o barulho das detonações, o choro dos nossos irmãos, nem o medo, a fome, a destruição dos países e dos povos, os efeitos do *napalm*. Também não chegavam nas cartas e aerogramas o conflito íntimo de cada um, pois muitas cartas eram violadas pela PIDE...

Mas na Guiné sofria-se. «*Em Abril de 1972, dia de Páscoa, fiz o meu primeiro serviço de Sargento Dia ao S.M.T. (Serviço de Telecomunicações Militares). Senti uma enorme tristeza. Chorei sozinho, queria fugir. Tinha saudades da família e dos amigos.*

Três meses depois sou colocado na zona de mato. Só aí me apercebo que estou realmente no meio de uma guerra, com mísseis e roquetes a serem disparados sobre a Nova Guiné. Foi horrível, e é horrível, recordar o que vi na enfermaria... Vi um africano com a cabeça quase desfeita e a quem foi dada uma injeção para ele morrer. Durante dias não conseguia sequer comer...»¹

Em Portugal, as famílias eram numerosas, a pobreza uma realidade muito forte. Havia um regime fascista e a PSP, a GNR; a Legião Portuguesa, a PIDE. Não havia telemóveis, Fax, computador, guerras na televisão em directo. Havia a censura e pouco se sabia do que estava a acontecer. Portugal era um país isolado. Ainda nos anos 70, uma viagem do Porto a Lisboa, de comboio, demorava sete horas e quase um dia de Lisboa à Covilhã, e sair do país só com passaporte e muito bem explicado o motivo da saída.

Também havia os que diziam Não! «*Decidi que tinha obrigação de não colaborar com a guerra. A minha consciência, adquirida na JOC e no ambiente da Faculdade de Direito de Lisboa, no início dos anos 70, levou-me à ruptura. Mas como sair do país, como passar a fronteira sem passaporte? Foi uma decisão dolorosa e sem apoio da família, sem dinheiro.*

¹ M. Rocha, Macieira de Sarnes, 1972/1974, na Guiné.

Atravessei o Rio Minho, entre Monção e Valença, a nado. Em Salvaterra apanhei o comboio mas fui detido pela Guarda Civil, em San Sebastian. Mesmo assim consegui passar para o lado francês e fui de comboio para Paris, sem saber se alguma vez podia regressar à minha terra. Trinta anos depois acho que tomei a decisão certa».²

Quem decidia ir para a guerra fazia-o com o mesmo conflito de consciência. Dessa experiência tão dolorosa, onde a vida das populações era de miséria: na alimentação, na falta de hospitais, casas e escola, com as missões religiosas, das diferentes Igrejas era o único sinal de humanidade, podemos perceber o que nos diz um ex-militar: «*Aprendi que todos somos diferentes, mesmo na cor da pele, mas todos iguais na aspiração a uma vida melhor e na procura incessante da felicidade. Como cristão, de formação católica, descobri o valor do Ecumenismo nas obras de evangélicos, adventistas, etc. Aprendi que o nosso papel, ontem como hoje, é servir e não ser servido, é estar ao lado dos mais fracos e dos mais pobres, ser fermento de uma massa que é preciso levedar.*»³

Em Portugal não havia organizações cívicas mas havia muitos slogans e muitos medos interiorizados pela ideologia que negava a sua própria existência. Havia a censura que não deixava escrever sobre a vida real, as lutas nas fábricas, os despedimentos, a fome na Covilhã, em Santo Tirso, no Ave com a crise do Têxtil. Não deixava escrever sobre a guerra nas colónias; não deixava escrever sobre a Ressurreição de Jesus Cristo ligada à superação da injustiça, e cortava textos e o Evangelho, como tantas vezes aconteceu nos jornais da Acção Católica.

Em Portugal, as únicas manifestações permitidas eram para apoio ao ditador, os ajuntamentos permitidos eram as procissões, o futebol e as peregrinações. As únicas reuniões que se podiam fazer com alguma liberdade eram as da A.C., em Colégios e nos Salões Paroquiais, e que, para muitos, foi a grande escola de formação.

Em 1972 o meu irmão António vai para Moçambique, o que mostra a dimensão temporal de uma guerra na nossa geração e como nos marcou tão profundamente.

Como a guerra afectava a nossa vida

1. Os recursos que eram desviados para manter guerras em tantas frentes enquanto milhares de portugueses tinham de ir para o

² C. Oliveira, refractário em 1972.

³ Aristides Gonçalves, Gaia, Furriel Miliciano em Angola, 1971/1974.

estrangeiro, *nesse bater da porta* que era o mais claro não à política portuguesa, como dizia D. António Ferreira Gomes. O maior produtor de matérias-primas na Europa como única “exportação” tinha os seus emigrantes!

2. Um rapaz que não tivesse emprego entre os 14-16 anos, ou antes, nunca mais o conseguia antes da tropa, e não era depois que ia aprender uma profissão...
3. As pessoas viviam numa tristeza infinita e no medo, que se agravava à medida que os filhos, os irmãos, os amigos cresciam e a guerra não era resolvida...
4. Na JOC quando um jovem começava a ter capacidade para assumir a liderança do movimento tinha de enfrentar esse conflito de consciência de ir para a guerra ou ir embora do país. «*Fui para a guerra obrigado. Pudessem eu adivinhar que sete anos depois acontecia o 25 de Abril e, seguramente, eu e os meus dois irmãos não teríamos ido para a guerra colonial. Na JOC, nós entendíamos que a guerra colonial era uma violência contra o direito dos povos. Apesar dos sentimentos de indignação e revolta interior, que foram aumentando durante o meu tempo na guerra, procurei sempre um bom relacionamento com os meus camaradas e superiores e respeito pelos nativos.*»⁴
5. Ir para a guerra, o que isso significava de sofrimento e de ruptura na vida e na consciência de um jovem de 18-20 anos! Quando voltava era o sofrimento que se percebia, não dito... agravado por um **pacto de silêncio** que ainda hoje nos interroga.
6. Foram milhares os mortos, de ambos os lados, milhares os amputados, os feridos e os mutilados de guerra, de que apenas há registo das tropas portuguesas⁵.
7. O stresse pós traumático, causa de tanto sofrimento só recentemente foi considerado uma realidade de saúde pública e uma consequência da guerra. No entanto ele é uma marca “de alma” que não podemos ignorar. «*Stresse de guerra pode ser algo mais*

⁴ José Manuel Duarte, Covilhã, Guerra em Angola, Enclave de Cabinda, 1968/1970.

⁵ 800 mil portugueses, 90% da juventude masculina foram para a guerra. 15 mil deficientes visíveis. 100 mil a sofrer de stresse de guerra. Milhares de mortos. In Jornal “Público”, de 9.2.2002.

terrível, jamais esquecido: os remorsos daquilo de fizeram, assistiram, participaram e calaram!!! Este testemunho é de alguém que aos 17 anos sentiu que daí para diante estava tudo bloqueado. De uma maneira ou de outra, todos perdemos um bom pedaço de nós mesmos. Ninguém saiu imune. No fundo, todos fomos vítimas e cúmplices de políticos e militares que não entenderam os “sinais dos tempos” e atiraram para a guerra toda uma geração e condicionaram o desenvolvimento e o futuro do país durante décadas. A maior parte dos problemas que hoje temos: formação profissional, saúde, desenvolvimento cultural, cidadania, são coisas de “pedreiro”, são problemas que vêm do passado.»⁶

2. A Resistência, a Oposição, os Católicos

Se a questão da guerra não está resolvida no subconsciente de muitos, falar da posição da Igreja durante o fascismo e face ao colonialismo é ainda mais complicado, mesmo aqui na Universidade Católica onde se aprofunda o conhecimento e onde a ciência deve ser disponível e livre à acção do espírito...

A resistência ao fascismo e ao ditador fez-se dentro e fora do país, dentro e fora da Igreja. Muitos cidadãos, católicos ou não, sofreram na pele e na vida o que foram esses anos de exploração e de medo. Não tenhamos preconceitos nem poupemos as palavras. Oposição política na clandestinidade, cantores, escritores, poetas, pensadores, homens e mulheres, estudantes universitários, D. António Ferreira Gomes, D. Manuel Vieira Pinto, os Padres Brancos (hábito, não a cor da pele), sacerdotes e religiosos isolados, a Acção Católica (movimentos juvenis e operários adultos), Comissão Justiça e Paz, Graal, estudantes de Teologia (Porto e Olivais, por exemplo), a “Voz Portucalense”, a JOC Internacional pelas informações e pelo apoio que nos dava em reflexão. Também ouvimos aqui o testemunho de D. Eurico sobre o seu papel em Moçambique.

A Capela do Rato, pelo eco que teve na informação do tempo, foi um daqueles momentos simbólicos que uniu muita gente e deixou um lastro enorme, o que prova a importância dos então designados “católicos progressistas” como afirmação de uma Igreja que não era toda massificada e obediente, nem era toda comprometida com o fascismo.

⁶ António Moreira, S. João Madeira, Angola (Luanda, Nova Lisboa, Negage, Lucusse), 1969/1971.

3. A Instituição Igreja

Quando o Papa Paulo VI recebeu Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Samora Machel, em audiência no Vaticano, nos anos 60... fui testemunha de reacções verbais de católicos, que ditas por outros seriam sacrilégio. Depois o mesmo Papa vem ao país do ditador. Foi a vez da perplexidade dos que tinham acreditado que o gesto anterior condenava o colonialismo.

Quando o **Dia Mundial da Paz** começa a ser comemorado a nível Internacional e quando, nos anos 70 esse dia é assumido por algumas Dioceses e por alguns sacerdotes e algumas organizações em Portugal, lembramo-nos de quantos faziam silêncio?

Quando um barco cheio de militares saía do Cais de Alcântara com destino a Angola, a Moçambique ou à Guiné, havia sempre a presença de um Bispo ou de um Padre para abençoar. Mas, no terreno, um militar escreve em outra “dimensão”: *«Dentro de mim há uma confusão tremenda. A paz consegue-se fazendo a guerra, impondo-a através das armas? Dizem-nos que temos de fazer a guerra para impor a paz. Porque é que estes homens querem a guerra quando podiam viver em paz, do seu trabalho, na sua tabanca, no seu lar com os seus filhos? Que os faz lutar? Que faço eu no meio disto tudo? Comecei a sentir medo. Tenho medo de tudo, da vida e da morte, da guerra e do ódio. Tenho medo de mim mesmo, da minha fraqueza. Será o meu querer forte o suficiente para vencer? Tenho medo...depois de deixar a pena correr, sinto o mesmo vazio que me persegue, que me atormenta. Que quero afinal? Ir mais além, continuar firme na minha construção como homem...»*⁷

Seria possível, sem o suporte da Igreja Institucional, que Portugal vivesse 50 anos de regime fascista? Como foi possível o silêncio perante um país a desertificar-se com uma emigração tão numerosa nos anos 60? Temos consciência do quanto esses anos ainda pesam na sociedade portuguesa e a condicionam? Lembramos a reflexão produzida por D. Eurico acerca do *conservadorismo* dos nossos prelados durante o Concílio? Os nossos silêncios, por medo ou cumplicidade, não são um dos pecados do nosso tempo?

O nosso atraso cultural, económico, tecnológico e social... tem raízes nesse meio século tão obscuro da nossa história. Quando o esqueçamos não estamos, conscientemente ou não a trair a verdade e a absolver o passado?

⁷ J. Teixeira, Porto, Guiné, 1968/1969.

Todos temos o dever de exercer a nossa cidadania. Queremos ter voz. Queremos uma democracia participativa, uma solidariedade activa e não alienaremos a nossa liberdade de filhos de Deus perante poderes, tiranias ou seja lá o que for.

Para quem procura ser fiel aos valores do cristianismo esta atitude é uma emergência.

Porto, 27 de Fevereiro 2002

GLÓRIA SILVA